

CONEXÕES ATLÂNTICAS NOS CANTEIROS DE OBRAS PÚBLICAS RECIFENSES: LUTAS SUBALTERNAS CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO. DÉCADA DE 1850*

Marcelo Mac Cord**

| |
|--|
| Recebido 01/06/2013 Aprovado 30/06/2013 |
|--|

Resumo: O artigo discute a importância das conexões atlânticas nas lutas de certas categorias profissionais que labutaram no Recife. O recorte temporal é a década de 1850, período do fim do tráfico atlântico de africanos escravizados, do debate sobre a pretensa vadiagem, ociosidade e inépcia da mão de obra livre nacional e da desagregação do escravismo. Nessa conjuntura, determinados recifenses, migrantes (vindos do interior pernambucano, mas também de províncias vizinhas) e imigrantes combateram algumas formas de precarização de suas vidas e de seu trabalho em canteiros de obras públicas. Muitos desses sujeitos e seus ascendentes, que desembarcaram nos portos pernambucanos, compartilharam costumes e aspirações, o que lhes ajudou a consolidar concepções de direitos próprios e noções de trabalho justo. Por meio da documentação produzida pelo Arsenal de Marinha de Pernambuco e pela Diretoria das Obras Militares de Pernambuco, por exemplo, é possível reconstruir algumas dessas visões de mundo baseadas em experiências étnicas e de classe. Inspirado na perspectiva da instituição de um proletariado atlântico desde o século XVII, esse artigo é uma singela contribuição para o debate.

Palavras-chave: Proletariado atlântico – Costumes comuns – Luta de classe.

Abstract: The article discusses the importance of the Atlantic connections in the struggles of certain professional categories which work in Recife. The temporal carving is the decade of 1850, a period of the end of the Atlantic traffic of enslaved Africans, of the debate on the alleged vagrancy, idleness and ineptness of the national free workforce and the disaggregation of the proslavery system. In this conjuncture, certain *recifense* citizens, migrants (coming from the Pernambuco inland, but also from neighboring provinces) and immigrants fought against some forms of precariousness of their lives and their work in work sites of public works. Many of these subjects and their ascendants, who disembarked on the ports of Pernambuco, shared costumes and aspirations which helped them to consolidate conceptions of their own rights and notions of fair work. By means of the documentation produced by the Arsenal of the Pernambuco Navy and by the Directorate of Military Works of Pernambuco, for

* O artigo desenvolve alguns aspectos do projeto de pesquisa “Operários e artífices especializados e sua luta pela jornada de 8 horas. Recife, 1890-1891”, que é financiado pela CAPES na modalidade AUXPE.

** Doutor em História Social do Trabalho pela Unicamp. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: mmcord@uol.com.br

instance, it is possible to rebuild some of these views of the word based in ethnic and class experiences. Inspired in the perspective of instituting an Atlantic proletariat since the XVII century, this article is a unique contribution to the debate.

Keywords: Atlantic proletariat – Common costumes – Class struggle.

No livro *A hidra de muitas cabeças*, Peter Linebaugh e Marcus Rediker conseguiram descortinar a história oculta do proletariado atlântico nos séculos XVII e XVIII. Marinheiros, escravos, plebeus, entre outros sujeitos, drenaram pântanos, derrubaram matas e levantaram cercas. Formado por indivíduos das mais diversas origens, etnias, culturas e condições, esse proletariado atlântico colaborou tanto com a construção de identidades comuns no mundo do trabalho quanto com a expansão do capitalismo global. Não preciso reforçar a importância da publicação, assim como sua inovação e originalidade. Como afirmaram os próprios autores, o livro “é um olhar de baixo para cima”.¹ Ao observarem a história atlântica com essa sensibilidade, ambos os intelectuais fizeram coro às novas interpretações que seguem afrouxando as velhas fronteiras que separam trabalhadores cativos e trabalhadores livres. Esse tipo de abordagem permite, inclusive, que critiquemos uma concepção idealizada sobre a categoria “liberdade”, que distinguiria, radicalmente, as experiências de escravos e de operários – em sentido mais clássico.²

No Brasil, a publicação de *A hidra de muitas cabeças* ocorreu em setembro de 2008. Em fevereiro do ano seguinte, defendi minha tese de doutorado, intitulada *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices do Recife, 1836-1880*. Esse trabalho de pós-graduação discutiu, no primeiro marco temporal, a montagem de uma sociedade mutualista que foi idealizada por mestres pedreiros e carpinteiros – esses últimos responsáveis pelo trabalho com madeiras em canteiros de obras. Todos eram pernambucanos, livres e descendentes de africanos. O objetivo do grupo de socorros

¹ LINEBAUGHT, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 15.

² Poderia arrolar uma série de trabalhos que problematizam as fronteiras que separam as experiências sociais de trabalhadores livres e trabalhadores escravos. Em escala internacional, destaque MINTZ, Sidney W. Was the plantation slave a proletarian?, **Review**, v. 2, n. 1, p. 81-98, 1978. No Brasil, sublinho o pioneirismo de LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil, **Projeto História**, n. 16, p. 25-38, 1998. Entre os trabalhos mais recentes, consultar CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980, **Cadernos AEL**, v. 14, p. 11-50, 2009. NEGRO, Antonio L.; GOMES, Flávio dos S. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho, **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 217-40, 2006.

mútuos era permitir que seus componentes vencessem os estigmas da escravidão e do defeito mecânico por meio de estratégias de escolarização e da solidariedade artesanal. Com o passar dos anos, essas lutas permitiram que os principais sócios compusessem uma aristocracia do trabalho. No último marco temporal, a sociedade mutualista consolidou sua visibilidade pública ao ocupar um palacete que passou a sediar o Liceu de Artes e Ofícios do Recife, escola que controlava desde os anos 1870. Diretor e professores eram artífices de cor ligados às artes mecânicas.³

No breve interregno entre a publicação de *A hidra de muitas cabeças* e a defesa de minha tese de doutorado, não havia lido o livro de Peter Linebaugh e Marcus Rediker. Depois de tê-lo feito, meses após ambos os acontecimentos, tive alguns *insights* e revisei um conjunto de fontes que compulsei nos arquivos pernambucanos. Em especial, selecionei aquelas que revelavam as experiências e as expectativas de trabalhadores mais pobres e/ou sem claros vínculos com associações de ofício, como irmandades embandeiradas e sociedades mutualistas. Entre eles, recifenses (nativos ou adotivos) e forasteiros recém-chegados pelos caminhos do *hinterland* e pelos portos pernambucanos. Esses últimos eram migrantes e imigrantes que desconheciam os códigos culturais da localidade e que possuíam frágeis redes de proteção social. Naquela oportunidade, rascunhei algumas possibilidades de análise sobre a agência de tais sujeitos, inspirado pelas histórias ocultas do Atlântico revolucionário. Nos últimos anos, contudo, outras demandas postergaram a escrita desse texto, que agora encontrou oportunidade de conclusão graças ao convite da *Revista de História Comparada*.

O artigo que ofereço aos leitores tem pretensões bastante singelas, quando comparado com *A hidra de muitas cabeças*. Resguardem, portanto, suas devidas limitações analíticas e especificidades espaço-temporais. Preocupado com o Recife da década de 1850, o objetivo desse texto é mapear e compreender as lutas daqueles referidos sujeitos, encontrados nas fontes revisitadas, contra a precarização de suas vidas e de seu trabalho em canteiros de obras públicas. Fundamentalmente, eles tinham duas coisas em comum. A primeira delas, a travessia atlântica. No caso dos

³ MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices do Recife, 1836-1880**. Tese apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 2009. Esse trabalho conquistou o 5º lugar no Prêmio Arquivo Nacional 2009, o Prêmio CAPES de Tese de 2010 na área de História e o 1º lugar no Concurso Várias Histórias 2011 promovido pelo Cecult-Unicamp. No ano passado, o trabalho de pós-graduação foi publicado. MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, 2012.

trabalhadores africanos que foram escravizados e que conquistaram sua alforria, uma experiência direta e compulsória. Indireta para seus descendentes, mas não menos importante. Em se tratando dos europeus mais pobres, que buscaram nova vida no alémmar, a viagem foi forçada pelas conjunturas. A outra coisa em comum é que, apesar de suas diferenças e de seus conflitos, a exploração de sua mão de obra permitiu que esses homens afinassem ideias, ideais e expectativas. Reelaboradas ou criadas no Recife, elas ajudaram a consolidar concepções mais gerais de direitos próprios e de trabalho justo.

A escolha da década de 1850 foi motivada por dois aspectos dialéticos. O primeiro deles, eminentemente conjuntural. O fim do tráfico de africanos escravizados exigiu que as elites letradas e proprietárias brasileiras reforçassem um discurso sobre a inépcia dos trabalhadores nacionais, especialmente daqueles que eram homens de cor alforriados ou nascidos livres. É claro que isso representava uma tentativa de enquadrá-los em formas de trabalho (considerado) disciplinado, o que imporia novas formas de restrição à sua liberdade jurídica.⁴ No bojo do paulatino processo de desagregação do escravismo, o Gabinete da Conciliação, preocupado com a ordem pública, elaborou algumas medidas mais gerais que proporcionassem ao país os melhoramentos materiais, intelectuais e morais que eram desejados pelos “de cima” da pirâmide social. No período em quadro, reformas que se pretendiam de grande alcance social foram idealizadas pelo governo imperial. Entre as que nos interessam, temos o planejamento de políticas de imigração, de instrução primária e de emprego dos braços ociosos em obras públicas.⁵

As fontes disponíveis, referidas mais acima, foram o outro aspecto que determinou a escolha pela década de 1850. Na documentação produzida pelo Arsenal de Marinha de Pernambuco e pela Diretoria das Obras Militares de Pernambuco, por exemplo, percebemos que os governos central e provincial encontraram problemas para

⁴ Para saber mais sobre a relação entre a pretensa inépcia da mão de obra dos trabalhadores africanos e de seus descendentes, a criação de novas formas de domínio sobre os trabalhadores negros livres e a montagem de novas formas de restrição à sua liberdade, ver SCOTT, Rebecca J. Fronteiras móveis, “linhas de cor” e divisões partidárias: raça, trabalho e ação coletiva em Louisiana e Cuba, 1862-1912. In: COOPER, Frederick Cooper; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. (orgs.). **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. No caso do Brasil, no transcorrer da década de 1850, a presunção de que todo o africano e seus descendentes eram escravos, caso não provassem o contrário, ajudou a precarizar suas liberdades e seu trabalho. CHALHOUN, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁵ IGLÉSIAS, Francisco. Iglésias, Vida política, 1848-1866. In: HOLANDA, Sérgio B. (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico**. 8ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. t. 2, v. 5.

contratar trabalhadores e/ou finalizar as novas e mais numerosas empreitadas sob sua responsabilidade. Corroborando o que comentei anteriormente, a justificativa era a falta de mão de obra e/ou a conseqüente inépcia da maior parte que estava disponível.⁶ Para suprir as supostas carências dos canteiros de obras públicas recifenses, os administradores alimentaram expectativas em relação à contratação (quantitativa e qualitativa) de profissionais vindos do exterior, do interior pernambucano e de outras províncias. No bojo desse projeto, de fato, o que estava em jogo não era a inépcia dos trabalhadores nacionais ou a qualificação/disciplina dos que aportassem na província. Era preciso contar com o máximo de profissionais disponíveis, para que fosse possível proletarizá-los e baratear os custos de produção.⁷

Em resposta às pressões vindas “de cima” da pirâmide social, a mesma documentação permite observar uma série de estratégias acionadas por muitos trabalhadores recifenses, migrantes e imigrantes que tentavam escapar de relações produtivas que achavam injustas, quando empregados em canteiros de obras públicas. É possível inferir que atitudes como essas também dialogavam com saberes previamente acumulados no mundo do trabalho. Em outra oportunidade, observei que o desembarque de operários alemães no porto do Recife, em finais da década de 1830, fez circular entre pedreiros, carpinteiros e outros profissionais da cidade algumas ideias muito caras ao primeiro socialismo.⁸ Em Pernambuco, a própria luta dos africanos escravizados e de seus descendentes por liberdade e/ou autonomia também entra na equação, especialmente no Ciclo de Insurreições do Nordeste – ocorrido na primeira metade do século XIX.⁹ Nesse sentido, a historiografia nacional indica que eles sempre exigiram

⁶ MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**. Op. Cit.

⁷ O projeto de exploração da mão de obra de pedreiros, carpinteiros, ferreiros e profissionais afins era mais antigo. No final da década de 1840, por exemplo, os praieiros criaram uma proposta política para a proletarização dos canteiros de obras locais por meio do aprendizado escolar dos ofícios mecânicos. Por mais que a proposta tivesse ficado somente no papel, tal medida tinha por objetivo tirar dos trabalhadores artesanais o poder de controlar o tirocínio e a rotina de suas profissões. MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**. Op. Cit. MARSON, Izabel A. **O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 282-3.

⁸ MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**. Op. Cit. O primeiro socialismo abrange cooperativismo, associativismo, republicanism, democracia e doutrina cristã. Apesar de imprecisa, a categoria não carrega em si perspectivas teleológicas suscitadas pela congênere socialismo utópico. GALLO, Ivone C. D. **A aurora do socialismo: fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)**. Tese apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 2002.

⁹ Sobre o “Ciclo de Insurreições do Nordeste” e o protagonismo dos escravos pernambucanos na luta por direitos, consultar CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

diretos que achavam merecer. Caso não tivessem suas demandas atendidas, reagiam por meio de fugas, revoltas, ações de liberdade, troca de senhor etc.¹⁰

A luta por direitos em canteiros de obras públicas recifenses

No dia 23 de novembro de 1852, João Baptista de Oliveira Guimarães, capitão tenente inspetor interino do Arsenal de Marinha de Pernambuco, comunicou ao presidente da província que enfrentava uma greve deflagrada por 28 carpinteiros engajados. Todos eram seus subordinados e ocupavam os postos de oficiais de 1ª e 2ª classes e de mancebos de 3ª e 4ª classes. Podemos deduzir que eles tomaram uma decisão à revelia do mestre da oficina, atitude que feria as velhas práticas artesanais. Segundo o denunciante, os grevistas resolveram paralisar suas atividades porque exigiam o aumento de seus vencimentos. O movimento dos artífices inviabilizou os trabalhos de carpintaria naquele dia, o que gerou sérios prejuízos aos serviços encomendados à respectiva oficina. O mais interessante é que a greve, segundo as fontes, não foi uma atitude intempestiva, decidida pelos operários no calor da hora. Prova disso é que João Baptista informou ao chefe do Poder Executivo que “esse passo [a greve] revela a realização de um plano premeditado, por quanto no tempo do meu antecessor quiseram eles assim praticar”.¹¹

A fonte permite inferir que o mestre de carpintaria não se solidarizou com seus companheiros de tirocínio na deflagração da greve por melhores salários. Contudo, é preciso fazer um alerta. Não podemos afirmar que os artífices mais especializados das oficinas do Arsenal de Marinha de Pernambuco estivessem absolutamente satisfeitos com seu empregador – o Estado. No ano seguinte ao movimento grevista, mais

¹⁰ Sobre o assunto, consultar CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. GOMES, Flávio dos S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. PIROLA, Ricardo F. **Senzalas insurgentes: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). **Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1. DANTAS, Mônica D. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

¹¹ Até aqui, tudo no Códice AM-9, fls. 217-8 – Recife, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (doravante APEJE), Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

precisamente no dia 4 de junho, o mestre interino da oficina de carpina, João Paulo dos Santos, reclamou das obras de melhoramento do porto do Recife, para onde foi deslocado. Segundo o operário, em uma petição enviada ao presidente da província, os movimentos das marés exigiram que abrisse mão, por diversas vezes, de suas duas horas de almoço. O sacrifício havia sido feito para que os serviços de sua arte seguissem de acordo com o planejamento. Por causa disso, ele reclamava do acúmulo de tempo de trabalho sem nenhuma gratificação. O motivo da petição era um pedido de abono aos seus vencimentos, para compensar a cessão de um direito que achava justo e que era consagrado pelo costume.¹²

Ao compararmos os acontecimentos registrados no Arsenal de Marinha de Pernambuco, observamos que a relação entre seus artífices engajados era hierarquizada. Permanência dos tempos em que as corporações de ofício eram oficiais, antes da Constituição de 1824. De qualquer forma, cada um a sua maneira, os funcionários do governo entenderam seus direitos enquanto membros da classe trabalhadora, em oposição aos interesses de seu contratante. A greve dos oficiais e dos mancebos da oficina de carpinteiro é um bom exemplo disso. Direta ou indiretamente, entendo que devemos conectá-la a outras que ocorreram no país na década de 1850. Podemos citar como exemplo as que foram deflagradas pelos escravos e pelos ganhadores que trabalhavam nos cantos de Salvador, em 1857, e pelos tipógrafos dos principais jornais da corte, em 1858.¹³ No caso do mestre carpina João Paulo dos Santos, somos imediatamente remetidos aos estudos de E. P. Thompson, que demonstram que os trabalhadores ingleses reelaboravam a imposição da disciplina capitalista e fizeram da relação tempo-dinheiro algo que os favorecesse.¹⁴

Conflitos de classe também foram deflagrados na Diretoria de Obras Militares de Pernambuco. Em 26 de março de 1855, o responsável pelo órgão público relatou ao

¹² Até aqui, tudo no Códice AM-10, fls. 342 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

¹³ REIS, João J. A greve negra da Bahia em 1857. **Revista da USP**, n. 18, p. 8-29, 1993. VITORINO, Artur J. R. **Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000. Segundo Marcelo Badaró, “as greves ocorridas entre os anos 1850 e 1880 são episódios significativos, por revelarem que a dimensão do conflito entre trabalhadores e seus patrões assumia, em determinados momentos, o formato típico dos embates decorrentes da situação de assalariamento”. MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. p. 169.

¹⁴ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

presidente da província que os operários civis, contratados por empreitada, somente eram comprometidos e responsáveis enquanto recebiam vencimentos. Segundo a autoridade militar, além do pagamento das diárias, “nenhum laço os liga a mim”.¹⁵ No ano seguinte, aos 2 de abril, esse relato foi reforçado. Contudo, o diretor utilizou uma nova estratégia para tentar estreitar seus laços com os trabalhadores. Ele passou a adiantar os jornais, medida que pretendia fortalecer a economia do favor pessoal e gerar mais motivação nos contratados. Contudo, logo que os beneficiados conseguiam outro serviço que pagasse mais, pois o mercado estava aquecido, abandonavam a empreitada em curso com os mil-réis previamente embolsados. No Recife, esse tipo de prática era conhecido como gancho. Lesados os cofres públicos, era muito difícil reaver o montante pago ou obrigar os trabalhadores a cumprir seus tratos. Para dificultar as diligências policiais, os contratados mudavam “facilmente de habitação, e mesmo de domicílio”.¹⁶

O pagamento pontual, por sua vez, era muito valorizado pelos operários civis da Diretoria das Obras Militares de Pernambuco. Aos 9 de setembro de 1856, o então tenente-coronel engenheiro diretor desse estabelecimento militar, José Joaquim Rodrigues Lopes, relatou o assunto para o presidente da província. Segundo aquela primeira autoridade, somente a pontualidade dos jornais mantinha os trabalhadores nas empreitadas sob sua responsabilidade. Para pedreiros, carpinas e profissionais afins, não interessavam os problemas logísticos ou burocráticos enfrentados pela Tesouraria Geral. Às “quatro horas da tarde, quando acaba o trabalho nas obras”, deveriam os poucos fieis do tesoureiro correr todos os pontos da cidade para cumprir sua obrigação. Caso não conseguissem, os serviços seriam paralisados no dia seguinte. Rodrigues Lopes afirmou que o atraso no pagamento “resulta o descontentamento dessa gente, a quem não convém desagradar já que há necessidade de fazer obras na atualidade”. Por causa dessa demanda, ainda relatou que os operários estavam dispostos a “mudar de obra por qualquer conveniente, logo que se efetue o pagamento do período corrente”.¹⁷

A Diretoria das Obras Militares de Pernambuco permite reforçar o que foi anteriormente analisado, sobre a noção de direitos próprios dos trabalhadores pernambucanos envolvidos com os canteiros de obras públicas. O documento expedido

¹⁵ Códice OM-1, fl. 110 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares.

¹⁶ Até aqui, tudo no Códice OM-1, fl. 168 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares.

¹⁷ Até aqui, tudo no Códice OM-1, fl. 220 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares.

em 2 de abril de 1856 ainda permite inferir outras duas percepções, mais específicas. A primeira delas é que a tentativa de reforço das relações clientelísticas, promovida pelo chefe daquela repartição militar, foi bastante enfraquecida pelas relações de classe que se instituíam. Mais uma vez, para apoiar meus argumentos, recorro aos trabalhos de E. P. Thompson. Ao estudar a formação da classe operária inglesa, o historiador deixou evidente que a construção de uma identidade social mais homogênea, nesse grupo subalterno, foi tributária do enfraquecimento das relações paternalistas com os “de cima” da pirâmide social.¹⁸ Receber o pagamento adiantado e abandonar o trabalho, quando aparecia outro emprego mais vantajoso, também era outra boa forma de protestar contra a costumeira irregularidade dos pagamentos, algo que caracterizou as empreitadas demandadas pelos governos central e provincial na década de 1850.¹⁹

A outra percepção suscitada pelo documento nos remete às constantes mudanças de endereço dos trabalhadores recifenses. Não acredito que elas ocorressem somente por causa da possível repressão ao gancho. Para fundamentar meu argumento, comparo o que ocorria no Recife com a situação europeia. Michelle Perrot afirma que, no século XIX, os trabalhadores pobres que viviam nas cidades francesas mudavam muito de endereço, pois não conseguiam pagar seus aluguéis. Para facilitar as mudanças repentinas e escapar silenciosamente dos senhorios, os subalternos, donos de poucos pertences, trocavam fácil e agilmente de endereço.²⁰ No Rio de Janeiro, a mudança de residência e de trabalho dos mais pobres também era algo comum, segundo Francisco Belisário – defensor de uma reforma eleitoral que extinguisse o voto indireto e eliminasse da política imperial a população sem recursos e instrução. Em *O sistema eleitoral no Império*, o político oitocentista afirma que a “arraia-miúda” que vivia na

¹⁸ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.

¹⁹ Alguns exemplos de atraso nos pagamentos são encontrados na seguinte documentação: Códice AM-8, fl. 187 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha. Códice AM-12, fl. 272 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha. Códice AM-18, fl. 158 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha. Códice AM-21, fls. 200 e 280 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha. Códice AM-22, fls. 44, 102, 287, 303 e 328 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha. Códice OM-1, fl. 220 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares. Códice OM-3, fl. 10 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares.

²⁰ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**, 6ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 220.

freguesia de Santana, seu “Quartel General”, era composta pelo “operário nômade” que residia “em vários cortiços” e “que trabalha hoje aqui e amanhã acolá”.²¹

Recorrei ainda ao relatório de 2 de abril de 1856, expedido pelo diretor das Obras Militares de Pernambuco, para realizar mais duas análises sobre a percepção que os subalternos tinham de si mesmos e de seus direitos. Segundo aquela autoridade, os operários civis, contratados por empreitada, encontravam muitas dificuldades para aceitar a presença de um feitor que os vigiasse em canteiros de obras. Na mesma medida em que esse funcionário (responsável pela ordem) era imposto pelo contratante, os contratados faziam de tudo para constrangê-lo e intimidá-lo. Caso o feitor não cedesse às pressões dos operários e insistisse em seguir a cartilha da Diretoria das Obras Militares, sua vida se tornava insuportável. O documento indica que “oficiais e serventes, por muitas vezes brigados entre si”, entravam em acordo “para desgostá-lo por meio de palavras, às vezes picantes”. Por fim, quando o conflito chegava a esse nível, o capataz tinha somente duas opções: ou vivia “ali em contínua luta”, correndo o “risco de ser mais diretamente incomodado”, ou se mancomunava “com seus agressores”, tornando-se inútil na função.²²

No tocante à primeira análise que foi prometida, observamos que os operários recifenses que trabalhavam em canteiros de obras públicas da Diretoria das Obras Militares de Pernambuco não compunham um corpo homogêneo, assim como os mestres, oficiais e mancebos do Arsenal de Marinha de Pernambuco. Contudo, em ambos os estabelecimentos militares instalados no Recife, podemos afirmar que os subalternos se associavam como classe quando seus interesses eram opostos aos dos seus contratantes e representantes. Mais uma vez, faço coro aos estudos de E. P. Thompson sobre as complexidades e singularidades da formação da classe operária. A segunda análise, induzida pelo relatório do diretor das Obras Militares de Pernambuco, é extremamente importante, pois nos remete para a intolerância dos operários contratados por empreitada à figura do feitor. Sabemos que esse cargo nos remete diretamente à história da escravidão. A historiografia brasileira deixou evidente que a

²¹ SOUZA, Francisco Belisário S. **O sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. p. 31-2.

²² Até aqui, tudo no Códice OM-1, fl. 166v – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares.

maior parte dos crimes de sangue, lesões corporais e homicídios cometidos por cativos tiveram como alvo senhores, prepostos, feitores e capatazes.²³

No censo de 1856, notamos que as principais freguesias do Recife contavam com 40.977 habitantes, sendo que 33.270 foram registrados como pessoas livres (os libertos estão nessa categoria), ou seja, aproximadamente 82,2%. O restante era cativo. Sabemos que esses números possuem problemas, por conta das metodologias utilizadas pelos censores. Apesar disso, mesmo que o percentual seja impreciso, preponderavam na capital pernambucana os trabalhadores livres ou libertos, pobres, com redes sociais horizontalizadas e que não eram brancos. Eles poderiam ser recifenses, pernambucanos do interior, migrantes das províncias vizinhas ou africanos. Os brancos eram europeus, especialmente portugueses e seus descendentes.²⁴ De qualquer forma, fossem pretos, pardos ou brancos, brasileiros ou estrangeiros, os trabalhadores livres que povoam esse texto não desejavam símbolos e práticas escravistas em seus canteiros de obras públicas. Contudo, estimo que os africanos alforriados e seus descendentes, mais do que os outros, fizessem de tudo para intimidar o feitor, funcionário indesejado que poderia precarizar suas liberdades.²⁵

Propostas para “moralizar” os canteiros de obras públicas recifenses

Gancho, greve, exigência de pagamento em dia e por trabalho extra, mudança constante de habitação, combate à proletarização, ameaça aos feitores e afrouxamento do paternalismo. Parece evidente que certos trabalhadores recifenses lutaram contra a

²³ Sobre o assunto, consultar MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulista, 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987. LARA, Silvia H. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. REIS, João J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986. KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁴ CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998. p. 73-91. No Recife, os portugueses mais pobres geralmente eram protegidos por seus parentes imigrados e/ou por patrões de mesma nacionalidade, o que lhes garantia alguma empregabilidade. Entre os anos 1830 e 1870, por causa disso, eram muito frequentes as campanhas antilusitanas e favoráveis a nacionalização do comércio a retalho. CÂMARA, Bruno A. D. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco, 1830-1870**. Tese apresentada ao Departamento de História da UFPE, 2012.

²⁵ Nos anos de 1850, no Rio de Janeiro, os sinais de africanidade faziam com as pessoas de pele escura, mesmo livres ou libertas, fossem suspeitas de ser escrava. Tal prática precarizava suas liberdades, pois sempre estavam sob a vigilância das autoridades policiais. CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**.

precarização de suas vidas e de sua mão de obra. Contudo, esse tipo de agência conflitava com os interesses das elites letradas e proprietárias pernambucanas, que passaram a estigmatizá-la como ócio e vagabundagem, fruto da pretensa indolência dos mais pobres. Nesse sentido, em 4 de agosto de 1854, no artigo “A ociosidade”, *O Echo Pernambuco* afirmou que este estado era a “raiz e princípio de todos os males”. A morigeração seria o melhor meio para que os subalternos silenciassem seus “apetites desordenados”. Por causa de seu grau de periculosidade, a vadiagem deveria ser combatida. Com esta sentença, o jornal fez uma exigência aos legisladores. Junto das leis contra “os furtos, adultérios, homicídios e outros pecados” deveriam ser aprovadas outras que punissem a ociosidade.²⁶ Sem dúvida, esse julgamento era racializado, pois a maioria dos operários em canteiros de obras públicas tinha a pele escura.²⁷

No segundo semestre de 1856, em meio às pressões contra a pretensa inépcia e vadiagem dos operários civis contratados, o diretor das Obras Militares de Pernambuco ofereceu uma proposta para o presidente da província. Para tentar comprometer os trabalhadores em canteiros de obras públicas com suas tarefas, José Joaquim Rodrigues Lopes, nosso conhecido tenente-coronel engenheiro diretor, sugeriu que o governo provincial colaborasse com a formação de uma Companhia de Artífices das Obras Militares. A ajuda seria importante. Ligada ao governo central, a Diretoria das Obras Militares de Pernambuco era pequena, estava sobrecarregada de atividades e tinha poucos recursos. O objetivo do novo regimento, composto por artistas mecânicos, era manter um quadro específico e estável de empregados. Eles seriam especialmente destacados para servir em empreitadas de diversos quartéis e fortes. Depois de consolidado o grupo, um montepio seria instituído para garantir aos funcionários algum pecúlio “nos dias de doença”. Para Rodrigues Lopes, estas iniciativas redundariam “em recíprocas vantagens ao Estado e à classe artífice de cidadãos laboriosos”.²⁸

É interessante observar que o diretor das Obras Militares de Pernambuco propôs a formação de um montepio para assistir a sua sonhada companhia de artífices

²⁶ Até aqui, tudo no artigo A ociosidade, *O Echo Pernambucano*, 4 ago., 1854 – Recife, APEJE, Hemeroteca.

²⁷ Para saber mais sobre a relação entre ócio, vadiagem e racialização no Império do Brasil, consultar ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, Hucitec; Salvador, Edufba, 1995.

²⁸ Até aqui, tudo no códice OM-1, fl. 204 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Militares.

engajados. Com um só golpe, ele pretendia matar dois coelhos. Ao contar com um quadro fixo de operários, a repartição pública não ficaria mais a mercê da mão de obra disponível no mercado. Junto disso, a montagem de um sistema previdenciário motivaria os empregados a se manterem no emprego, pois receberiam auxílios pecuniários em momentos difíceis. Com essas medidas, Rodrigues Lopes acreditava que poderia contar com a obediência de seus subordinados, assim como seu agradecimento. Tendo em vista o que discutimos anteriormente, a oferta de um montepio era uma forma de reforçar laços paternalistas e minimizar conflitos de classe. Contudo, ao recordarmos a greve por melhores salários no Arsenal de Marinha de Pernambuco, deflagrada por oficiais e mancebos engajados, sabemos que a estratégia do tenente-coronel engenheiro era falível. De qualquer forma, as fontes disponíveis nada trataram sobre a sequência do projeto acalentado pelo militar.

No combate ao que consideravam vadiagem, ócio e inépcia, alguns expoentes da política imperial entenderam que também era necessário oferecer instrução primária aos subalternos. Dois exemplos de esforços governamentais nesta direção merecem destaque. Em 1855, a Academia Imperial de Belas-Artes precisou relativizar seus velhos preconceitos contra as ditas artes úteis e foi obrigada a aceitar artífices e operários que quisessem aprender alguns conceitos aplicáveis aos seus ofícios.²⁹ Em 1857, por sua vez, o Ministério da Marinha regulamentou o funcionamento das Companhias de Aprendizes Menores em seus arsenais.³⁰ No bojo desse processo, particulares também fomentaram o ensino das artes mecânicas. Na corte, a Sociedade Propagadora das Belas-Artes foi modelar. Fundada em 1856, seu idealizador foi o arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. Formada por membros das elites letradas e proprietárias fluminenses, inaugurou o Liceu de Artes e Ofícios em 9 de janeiro de 1858. Seu principal escopo foi articular emancipação gradual, ensino das ditas artes úteis e europeização do país.³¹

No Recife, percebemos como esta política repercutiu por meio de um artigo publicado no *Diário de Pernambuco* aos 25 de janeiro de 1858. Escrito por *Abdala-el-*

²⁹ SQUEFF, Letícia C. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista, *Cadernos CEDES*, ano XX, n. 51, p. 103-18, 2000. p. 107-9.

³⁰ CUNHA, Luiz A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**, 2ª ed. São Paulo, Editora Unesp: Brasília, FLACSO, 2005. p. 112.

³¹ MURASSE, Celina M. **A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)**. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Unicamp, 2001.

Kratif na crônica semanal “A Carteira”, seu título era “O futuro dos nossos artistas mecânicos. A Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Marinha”. Tal pseudônimo era utilizado pelo mestiço Antônio Pedro de Figueiredo, conhecido jornalista e primeiro socialista recifense. No jornal de maior circulação da província, o articulista aplaudia os poderes imperiais pela ideia de organizar companhias para menores aprendizes em alguns de seus arsenais. Menção especial merecia o de Pernambuco, pois, segundo o autor, foi o primeiro a se mobilizar naquela direção. Desde então, continua Figueiredo, muitas famílias pobres começaram a amenizar suas dificuldades cotidianas. A primeira e mais fundamental era a material. Além de o estabelecimento militar proporcionar aos meninos aprendizes “uma diária de 300rs para o seu sustento”, também oferecia “casa asseada”, “comida abundante”, “boa cama” e “4 criados livres para os servir”.

No artigo, *Abdala-el-Kratif* também criticou as dificuldades que as famílias pobres encontravam para obter acesso aos princípios mais fundamentais da educação pública. Por este motivo, também elogiava o fato de os aprendizes menores poderem se instruir no Arsenal de Marinha de Pernambuco. Segundo o jornalista e primeiro socialista, os meninos recebiam do estabelecimento militar aulas de “língua nacional, de leitura e escrita, de aritmética, de álgebra, de geometria e de geometria retilínea”. De forma complementar, além dessas disciplinas de cunho teórico, aplicadas às artes mecânicas e às demandas da vida cotidiana, os meninos também adquiriam habilidades práticas com os mestres de ofício das diversas oficinas militares.³² Ao consultarmos as correspondências entre o Arsenal de Marinha de Pernambuco e o presidente da província, observamos que, em 1858, os aprendizes poderiam ser adestrados nas artes mecânicas de carpinteiro, calafate, carpina, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, funileiro, polieiro e canteiro. Vale ainda registrar que a pretensão destas e daquelas lições era criar operários considerados perfeitos e moralizados.³³

No relatório que o presidente da província enviou à Assembleia Legislativa de Pernambuco, em 1859, confirmamos a importância dos cofres gerais no financiamento de iniciativas que pretendiam “moralizar” a mão de obra dos trabalhadores mais pobres.

³² Até aqui, tudo no artigo intitulado O futuro dos nossos artistas mecânicos. A Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Marinha, **Diário de Pernambuco**, 25 jan., 1858 – Recife, APEJE, Hemeroteca.

³³ Códice AM-20, fls. 18 e 209 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

Segundo aquela autoridade, além da despesa “com a aula de mecânica do Arsenal de Marinha”, o erário central ainda favorecia as “oficinas do mesmo Arsenal e do de Guerra”. Embora o presidente pernambucano tenha afirmado que “o desenvolvimento do elemento industrial” merecesse mais desvelo “em um país como o nosso”, relatou que “nada despense a província para o ensino industrial, quer agrícola, quer comercial ou artístico”. A exceção era “o auxílio de 1:000\$rs para uma associação particular de artistas”, que oferecia aulas noturnas para trabalhadores. No mais, apenas um empenho orçamentário previsto por lei, mas nunca executado: “6:000\$rs para a [criação da] escola industrial”.³⁴ Parece que o maior afluxo de recursos oriundos da corte, destinado ao ensino dos ofícios, colaborou para que os políticos pernambucanos desconsiderassem a execução da norma que determinava a montagem desse último estabelecimento.

A “associação particular de artistas” que recebia o auxílio do governo pernambucano é o grupo que estudei em meu doutorado. À época batizado como Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, utilizava os recursos públicos que recebia para sustentar suas aulas noturnas de geometria, desenho, arquitetura, primeiras letras e francês. No transcorrer dos anos 1850, com a proteção do diretor da Instrução Pública de Pernambuco, Joaquim Pires Machado Portela, o grupo de artífices, que oferecia para seus sócios socorros financeiros e escolarização formal, conquistou a mercê de administrar a citada Escola Industrial. Apesar de esse estabelecimento de ensino nunca sair do papel, o consórcio foi muito importante para a projeção pública da sociedade mutualista. Em 1858, por causa dos projetos governamentais de “moralização” dos trabalhadores mais pobres, suas aulas foram abertas ao grande público. Apesar de setores das elites letradas e proprietárias pernambucanas se fazerem mais presentes na associação, seus postos de poder e a regência das aulas continuaram nas mãos dos trabalhadores pretos e pardos.³⁵

Conhecidas as principais iniciativas de “moralização” em canteiros de obras públicas recifenses, reforço que elas pretendiam associar o ócio, a vadiagem e a inépcia às práticas de luta dos trabalhadores mais pobres e menos protegidos, que combatiam a precarização de suas vidas e de sua mão de obra. Aquelas iniciativas tinham como alvo tanto os adultos quanto os mais jovens, que, em tese, seriam mais afeitos à disciplina do

³⁴ **Relatório que o Presidente da Província enviou à Assembleia Legislativa.** Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1859 – Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Setor de Microfilmes.

³⁵ MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania.** Op. Cit.

trabalho e moldáveis para o respeito à ordem.³⁶ Apesar desse quadro, farei um alerta, para que minha análise não pareça maniqueísta. Os conflitos entre as classes sociais ganham força e visibilidade quando capital e trabalho se enfrentam em situações-limite, como as que foram analisadas nesse artigo. Contudo, nas instâncias mais cotidianas da vida, vimos que os próprios subalternos alimentavam diferenças, hierarquias e antipatias entre si. Da mesma forma, entender os projetos de instrução oriundos “de cima” da pirâmide social como mera imposição ideológica empobreceria nosso estudo. Certos setores menos privilegiados da classe trabalhadora exigiam escolarização, pois ansiavam desenvolver projetos próprios de mobilidade social ascendente.

As fontes revelam vários exemplos que sustentam minha última afirmação. A criação da sociedade que estudei no doutorado é um deles. Ao organizarem aulas noturnas e particulares em sua sede, os sócios, artífices de pele escura, compreenderam que poderiam combater os estigmas da escravidão e do defeito mecânico por meio da instrução. Movidos pelo mesmo projeto, trabalhadores sem vínculos com o grupo de auxílio mutuo conseguiram matricular seus filhos nas aulas noturnas que foram originalmente organizadas para os sócios. Em 1859, Manoel Álvares dos Santos conquistou vagas para que seus dois filhos se alfabetizassem. Ambos foram registrados como pardos. O mais velho era aprendiz de carpina e contava 16 anos, enquanto o caçula era neófito na arte de pedreiro e tinha 12. Na mesma ocasião, Bento Felix Tavares garantiu que semelhante benesse fosse concedida ao seu menino de 14, que na documentação apareceu como pardo e aprendiz de ferreiro. Esse pai lutou bastante por um futuro melhor para seus descendentes. Em 1863, o pernambucano ainda matriculou mais três outros filhos, aprendizes da arte de pedreiro, nas aulas de primeiras letras.³⁷

Em Pernambuco, entre finais do século XVIII e meados do seguinte, os descendentes de africanos, livres e libertos, tinham chances de frequentar a escola

³⁶ A partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, a oferta de instrução primária e a preparação para o trabalho morigerado ganharam *status* de política pública especialmente dirigida aos menores oriundos das classes subalternas. BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 84, p. 735-62, 2003. WRIGLEY, Julia. The division between mental and manual labor: artisan education in science in nineteenth-century Britain, **The American Journal of Sociology**, v. 88, p. S31-S51, 1982.

³⁷ Livro de Matrículas de Primeiras Letras, 1858-1878, fls. 1-4 e 7 – Recife, Universidade Católica de Pernambuco (doravante UNICAP), Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios. Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras), fls. 1-6 – Recife, UNICAP, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 223 - Recife, UNICAP, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

primária quando suas famílias eram estruturadas.³⁸ Parece ser esse o caso dos Santos e dos Tavares. O fato de serem artífices reforçava laços, pois a noção de hereditariedade e de direito familiar caracterizavam o tirocínio artesanal.³⁹ Acredito que casos semelhantes sejam encontrados na Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Marinha de Pernambuco, como o de dois pardos admitidos em 1856. Marcolino Augusto da Silva Brasil, recifense, 16 anos, filho de José Fernandes Brasil, obteve progressos nas aulas de primeiras letras e de carpinteiro. José Gomes de Freitas, recifense, 13, filho de Pantaleão Gomes de Freitas, evoluiu nas de geometria prática e de ferreiro. Outra coisa em comum é a matrícula por ordem do presidente da província.⁴⁰ Esse último aspecto confirma que a luta de classes encontra expressão em determinadas conjunturas. Defendo que seja impossível sustentar que essas pessoas valorizassem a escolarização porque imposta pela “boa sociedade”.

Concorrência atlântica nos canteiros de obras públicas recifenses

Na década de 1850, dentre as medidas para a “moralização” dos canteiros de obras públicas recifenses, uma das mais discutidas pelas elites letradas e proprietárias pernambucanas foi a contratação de operários europeus. A chegada de gente branca e “disciplinada”, que garantisse a bem sucedida “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre (ou da “barbárie” para “civilização”, se os leitores preferirem), fazia parte do imaginário racializado daqueles que queriam a pretensa modernização do país.⁴¹ No dia 19 de agosto de 1857, em meio a esses debates, o Arsenal de Marinha de Pernambuco reclamou da suposta falta de braços na província e sugeriu que artífices e até mesmo serventes fossem arregimentados no exterior. O protesto surtiu o devido

³⁸ SILVA, Adriana M. P. **Processos de construção da escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

³⁹ HOBBSAWM, Eric. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 372.

⁴⁰ Códice AM-17, fl. 339 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁴¹ A lei de locação de serviços, aprovada em 1837, talvez tenha sido a primeira medida legal do Império do Brasil no sentido de viabilizar a imigração de europeus no processo de “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre. É impossível dissociá-la da lei de 1831, que proibia o tráfico de africanos escravizados. Para saber sobre a lei de 1837, consultar LAMOUNIER, Maria L. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. Campinas, SP: Papirus, 1988. Na sanha pelo “embranquecimento” e pela pretensa modernização do Império do Brasil, pessoas de cor, livres ou libertas, foram impedidas de imigrar. Caso aqui chegassem, deveriam ser deportadas, mesmo que inexistisse uma lei específica sobre o assunto. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. Op. Cit., p. 66. As políticas imigrantistas.

efeito. Em novembro, temos notícias de que a arregimentação havia sido aprovada.⁴² É possível aferir que o pessoal oriundo do outro lado do Atlântico era esperado em abril de 1858. Em 4 de junho, 22 portugueses e 3 belgas se apresentaram. Mais 14 belgas logo chegariam. Em meados de julho, 24 operários dessa última nacionalidade, ferreiros de 1ª classe, estavam empregados provavelmente nas obras do porto.⁴³

É bastante curioso que para além do discurso ideológico vindo de “cima” da pirâmide social, que afirmava a falta de braços e a inépcia da mão de obra nacional, as obras e os serviços sob a responsabilidade do Arsenal de Marinha de Pernambuco estavam repletos de brasileiros – assim como indica a documentação. Em 17 de julho de 1858, dentre os 228 operários engajados nas mais diversas graduações e oficinas daquele estabelecimento militar, 184 haviam nascido no país, ou seja, pouco mais de 88,7%. Segundo as fontes, dentre os restantes, havia somente um brasileiro adotivo, que era o mestre dos ferreiros e comandava os 24 belgas recém-chegados. Na oficina de canteiro, por sua vez, havia um alemão, que era mestre, e dois portugueses, 1º oficial e aprendiz de 5ª classe. Na oficina de pedreiro, encontramos nove portugueses, que ocupavam o posto de 1º oficial. Na oficina de carpina, outros sete da mesma nacionalidade tinham a mesma patente. No apoio às oficinas e aos operários, o Arsenal de Marinha de Pernambuco contava com feitores, guardas, 24 servidores, canoieiros, patrões e remadores. Todos eram brasileiros.⁴⁴

Poucos meses após a arregimentação dos operários europeus, no início de 1859, alguns belgas foram demitidos por não trabalharem bem, o que certamente contrariou as expectativas dos contratantes, sobre suas pretensas morigeração e disciplina.⁴⁵ Elaborado em 8 de janeiro de 1863, o relatório do Arsenal de Marinha de Pernambuco quantificou os destratos. Segundo a fonte, o expressivo total de 14 operários daquela nacionalidade foi acusado de pecar “pela sua pouca perícia e ainda por [serem]

⁴² Até aqui, tudo no Códice AM-19, fls. 116-16v e 277 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁴³ Até aqui, tudo no Códice AM-20, fls. 18v, 151 e 209v – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁴⁴ Até aqui, tudo no Códice AM-20, fls. 209-10v – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha. É curioso notar que a conta não bate no caso dos portugueses. Vimos que 22 chegaram ao Recife em junho de 1858, mas, no mês seguinte, somente 18 trabalhavam no Arsenal de Marinha de Pernambuco. Pode ser que os escreventes tenham errado no registro ou os estrangeiros tenham rompido seus contratos.

⁴⁵ Códice AM-21, fl. 47 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

preguiçosos”.⁴⁶ Caso confiemos no montante de 24 belgas engajados em canteiros de obras públicas recifenses, pouco mais de 41,6% corresponderam aos anseios das elites letradas e proprietárias. A opinião sobre esse grupo de imigrantes ficou tão impregnada na memória social pernambucana, que, no início do século XX, chamar alguém de belga era identificá-lo como alguém “que não tem o que fazer, desocupado, ocioso, que anda enchendo as ruas de pernas”.⁴⁷ Os outros compatriotas dos “vadios” deixaram a capital pernambucana ao final de seus contratos. Entre eles, Jean Wollns, Matheus Clerc, François Bayle e Joanes Schoop.⁴⁸

Hipoteticamente, posso afirmar que os belgas receberam a pecha de ineptos porque algum grupo procurou desqualificar suas lutas por direitos. Os contratantes poderiam utilizar essa estratégia contra eles, assim como faziam com alguns trabalhadores nacionais. Esses últimos, por sua vez, também poderiam reforçar aquela imagem, insatisfeitos porque os estrangeiros “roubavam” seus empregos.⁴⁹ Penso que os belgas foram muito pressionados pela precarização de suas vidas e de seu trabalho. Em primeiro lugar, porque a maior parte dos que cumpriram seus contratos voltou para casa.⁵⁰ Os operários podem ter respeitado o acordo por uma questão de honra ou por medo de retaliações, mas intimamente negaram qualquer possibilidade de repactuá-lo, o que os livrava de salários atrasados, trabalho extra sem pagamento e feitores. É provável que ficassem indignados com esse funcionário, que os nivelava aos africanos e seus descendentes. Em segundo lugar, porque podemos comparar a contratação dos belgas com a dos alemães. No final da década de 1830, eles desembarcaram na capital pernambucana sem saber que seus acordos seriam desrespeitados.

⁴⁶ Códice AM-25, fls. 47 e 57 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁴⁷ PEREIRA DA COSTA, F. A. **Vocabulário pernambucano**. 2ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1976. p. 94.

⁴⁸ Códice AM-23, fls. 144-7 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁴⁹ Os pernambucanos mais pobres foram pródigos em brigar com os estrangeiros por postos de trabalho. Sobre as lutas no comércio a retalho, consultar CÂMARA, Bruno A. D. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. Dissertação apresentada ao Departamento de História da UFPE, 2005. Sobre as lutas nos canteiros de obras, MAC CORD. **Artífices da cidadania**. Op. Cit.

⁵⁰ Nas fontes, somente encontrei seis operários belgas pedindo para continuar no Recife. Foram eles, Bernardus Maes, C. Grolus, Gaspar Jacob Trauz, Francisco Diglain, João Francisco Watrin e João Borguet. Acredito que o nome de alguns deles foi abrigado pelo escrevente. Códice AM-23, fls. 148 e 217 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha. Não foi possível saber se os petionários foram atendidos em seu desejo de continuar na capital pernambucana.

No Recife, algumas obras de reformulação urbana foram iniciadas em 1830 sob a chefia do engenheiro alemão J. Bloem.⁵¹ Em 1837, o governo conservador do barão da Boa Vista acelerou e deu maior visibilidade àquelas empreitadas. Nesse ano, se iniciava a chamada política de “reorganização e do futuro” da província. É desta época, por exemplo, a montagem da Repartição de Obras Públicas de Pernambuco. No bojo deste processo considerado modernizador, aquele nobre e seus aliados tomaram duas decisões pontuais. A primeira delas foi arrematar uma companhia de operários com 195 alemães, que, em 1839, desembarcou no porto do Recife. Além de labutarem nos chamados melhoramentos materiais da cidade, os imigrantes deveriam treinar e “moralizar” a mão de obra local.⁵² A oficina de carpintaria da companhia de operários alemães certamente arranhou uma série de interesses dos trabalhadores pernambucanos, que queriam seus empregos. A outra decisão do presidente da província e dos conservadores, tomada em 1840, foi contratar o engenheiro francês Louis Léger Vauthier para conduzir as empreitadas.⁵³

Indiretamente, podemos afirmar que alguns artífices alemães da Repartição de Obras Públicas de Pernambuco fizeram circular na capital da província certas concepções do primeiro socialismo. O pesquisador Alvin W. Gouldner afirma que, desde a década de 1830, os canteiros de obras alemães se fechavam à tradição artesanal por causa da expansão do capitalismo. Devido ao processo de proletarianização da mão de obra local, muitos bons trabalhadores eram preteridos em diversas empreitadas, pois seus salários eram considerados altos demais. Sem aceitarem passivamente essa política empresarial, os artífices alemães buscaram alternativas de luta e criaram diálogos mais

⁵¹ MARSON, Izabel A. O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do progresso. In: BRESCIANI, Stella. **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994. p. 36.

⁵² AULER, Guilherme. **A companhia de operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1959. p. 37, 77-8. A chegada dos trabalhadores alemães em Pernambuco esteve no bojo das discussões sobre o fim do tráfico de escravos e da aplicação dos projetos de “moralização” da mão de obra livre. Nesta conjuntura, as leis de locação de serviços foram importantes instrumentos para a arrematação da companhia de operários. CÂMARA, Bruno A. **D. Trabalho livre no Brasil Imperial**. Op. Cit.

⁵³ Louis Léger Vauthier foi aluno da Escola Politécnica de Paris. Reconhecido divulgador das ideias do primeiro socialismo (especialmente de Saint-Simon, Owen e Fourier), escreveu em jornais recifenses, apresentou publicações de seu país aos intelectuais da cidade e noticiou aos seus compatriotas os chamados progressos pernambucanos. Para maiores informações, consultar VAUTHIER, Louis L. Vauthier. **Diário íntimo do engenheiro Vauthier, 1840-1846**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940. FREYRE, Gilberto Freyre. **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. PONCIONI, Claudia; PONTUAL, Virgínia. **Un ingénieur du progrès: Louis-Léger Vauthier entre la France et le Brésil**. Paris: Michel Houdiard éditeur, 2010.

intensos com alguns intelectuais, como professores, advogados, médicos e jornalistas. Segundo aquele autor, a partir das trocas de ideias entre artistas mecânicos especializados e setores das camadas médias urbanas, foi constituído um proletariado intelectualizado. Nos próprios anos 1830, esse grupo montou associações para reunir e auxiliar seus pares. Para tanto, eles coordenaram o legado da cultura artesanal com os princípios cooperativos caros ao primeiro socialismo.⁵⁴

As fontes indicam que o arregimentador do barão da Boa Vista, Luiz de Carvalho Paes de Andrade, esteve atento à crise artesanal alemã da década de 1830. Em correspondência enviada ao presidente da província, o representante do governo conservador afirmou que muitos pedreiros e carpinteiros estavam desesperados com o acúmulo de suas dívidas, que tendeu a se avolumar por causa da falta de serviços na rigorosa estação fria. Em Hamburgo, Paes de Andrade aproveitou as conjunturas favoráveis às suas pretensões e contratou bons mestres e oficiais. Para garantir o comprometimento desses profissionais com a viagem, o arregimentador concedeu alguns adiantamentos para que pudessem honrar seus compromissos com os credores. As possibilidades de conseguir pessoal naquela cidade europeia eram tão favoráveis, que o pernambucano chegou a dispensar alguns “indivíduos de culto israelita”. Nas cartas enviadas ao barão da Boa Vista, observamos que isso foi feito não somente pela diferença de culto, mas também porque os judeus tinham muitos dias santificados. Por essa razão, “mal poderiam ser obrigados a trabalhar”.

A documentação ainda aponta para o fato de que alguns alemães contratados falavam bem a língua portuguesa. Paes de Andrade informou ao barão da Boa Vista que esses trabalhadores haviam tido alguma experiência pregressa no Império e diziam gostar do Brasil. Além de servirem como intérpretes para seus companheiros de ofício, eles ainda foram utilizados para encorajar aqueles que se sentiram inseguros para fazer a travessia atlântica. Ao chegarem a Pernambuco, esses homens que falavam nosso

⁵⁴ GOULDNER, Alvin W. Artisans and intellectuals in the German Revolution of 1848, **Theory and Society**, v. 12, n. 4, 1983, p. 521-32. Para além do caso alemão, foi ampla a cooperação entre artistas mecânicos na primeira metade do século XIX. A Inglaterra testemunhou o aumento de filiados em grupos de *self-help*. HOPKINS, Eric. **Working-class self-help in Nineteenth-Century England**. Londres: UCL Press, 1995. p. 27, 33-5. Os EUA viram florescer organizações inspiradas pelo cooperativismo fourierista. COMMONS, John R. et al. **History of labour in the United States**. Nova Iorque: Augustus M. Kelley Publishers, 1966. v.1. p. 491-506. Em França, tradições corporativas e mutualismo forjaram as organizações de artesãos. GUESLIN, André. **L'invention de l'économie sociale: idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la France du XIXe siècle**. 2^e éd. rév. et aug. Paris : Economica, 1998. DESROCHE, Henri. **Solidarités ouvrières: sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900)**. Paris: Les Editions Ouvrières, 1981. t. 1.

idioma facilitaram a comunicação mais imediata entre seus compatriotas e os artífices recifenses e migrantes.⁵⁵ Além da realização de empreitadas públicas, a companhia de operários alemães também deveria treinar a mão de obra local. De acordo com o artigo 8º do contrato, a unidade era obrigada a receber brasileiros como aprendizes. Os mapas diários das atividades em canteiros de obras públicas recifenses confirmam que esse dispositivo foi relativamente respeitado.⁵⁶ Sendo assim, a troca de ideias, ideais e experiências entre os trabalhadores foi uma realidade nos serviços de construção demandados pelo governo provincial.

No Recife, as insatisfações fizeram parte das vivências dos estrangeiros. Pouco tempo depois do desembarque, muitos artistas mecânicos alemães romperam seus contratos unilateralmente. Ainda em 1839, a companhia de operários registrou dezenas de deserções. Isso foi uma constante até 1842, quando findou o contrato. Podemos compreender a reincidência dessa atitude. Paes de Andrade havia mentido aos artífices ainda em Hamburgo. Em carta ao barão da Boa Vista, informou que como “um bom marceneiro ou outro dificilmente se submeteria a pegar em picaretas numa estrada”, precisou omitir-lhes esse item do contrato.⁵⁷ Além deste vilipêndio, muitos outros destratos devem ter ocorrido cotidianamente. Considerando as análises de Gouldner sobre o forte sentimento de dignidade dos artífices alemães, a deserção era a alternativa mais imediata contra o trabalho considerado indigno. De fato, aqueles estrangeiros dificilmente aceitariam qualquer tipo de trabalho. As fugas da companhia de operários indicam que o governo pernambucano não conseguiu obter o sucesso desejado com suas falcatruas, frustrando as pretensões do arregimentador.

Conhecido o caso dos operários alemães, é provável que os belgas tenham sido taxados de preguiçosos e de ineptos por seus adversários, fossem trabalhadores nacionais insatisfeitos com sua contratação, fossem governantes contrariados com suas lutas por trabalho digno em canteiros de obras públicas recifenses. Nesses locais de trabalho, os chamados africanos livres também foram mão de obra atlântica utilizada pelo Estado. De forma geral, eles trabalharam como serventes em empreitadas de construção e de reparos desde a primeira proibição do tráfico, determinada pela lei de 7

⁵⁵ Até aqui, tudo no Códice DII-15, fls. 4v-5 e 6 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II.

⁵⁶ AULER, Guilherme. Op. Cit., p. 69-73 e 77-8.

⁵⁷ Códice DII-15, fls. 4v-5 e 6 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II.

de novembro de 1831.⁵⁸ A partir do momento em que passou a vigor, essa norma definiu que seriam livres todos os africanos que desembarcassem no Brasil. Contudo, a famosa “lei para inglês ver” criou uma peculiaridade jurídica chamada “africano livre”. Apesar do que determinava aquela regra, os que desembarcaram após sua vigência se tornaram “escravos da nação”, ou seja, mesmo sendo oficialmente livres, tiveram que prestar serviços compulsórios em diversas repartições públicas. Muitos deles também foram cedidos para empresários.⁵⁹

Logo depois da aprovação da segunda e definitiva lei antitráfico, de 4 de setembro de 1850, o infame comércio foi ferido mortalmente. Contudo, esporádicos desembarques de africanos ocorreram em costas brasileiras, como o de Serinhaém. Em outubro de 1855, nessa localidade do litoral sul pernambucano, um palhabote com 179 africanos foi apreendido pelas autoridades. Por meio de um documento expedido em 19 de agosto de 1856, sabemos que, desse total, 118 trabalhavam compulsoriamente como serventes nas oficinas do Arsenal de Marinha de Pernambuco. Outros 10 prestavam o mesmo tipo de serviço no Arsenal de Guerra de Pernambuco. O Colégio dos Órfãos absorveu três. Os demais, 48, faleceram entre a chegada às praias pernambucanas e a feitura da tabulação.⁶⁰ Esses dados permitem inferir algo muito importante: por mais que a lei de 1850 tenha sido bem sucedida na repressão ao tráfico, pouca coisa mudou nos corações e nas mentes dos que dispuseram da mão de obra dos desembarcados em Serinhaém. Os governos provincial e central encontraram uma ótima oportunidade para saciar parte de sua fome por braços mais baratos em canteiros de obras públicas.

Na documentação do Arsenal de Marinha de Pernambuco, para onde foram pouco mais de 65,9% dos africanos desembarcados em Serinhaém, somente podemos

⁵⁸ FERNANDES, Cyra Luciana R. **Os africanos livres em Pernambuco, 1831-1864**. Dissertação apresentada ao Departamento de História da UFPE, 2010.

⁵⁹ Para saber mais sobre os africanos livres, consultar MAMIGONIAN, Beatriz G. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo G. (org.). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005, p. 389-417. SOUZA, Jorge L. P. **Africano livre ficando livre: trabalho, cotidiano e luta**. Tese apresentada ao Departamento de História da USP, 1999. MOREIRA, Alinnie S. **Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora Estrela. Serra da Estrela – RJ (c. 1831-c.1870)**. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 2005. RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica Ipanema. **História Social**, n. 4-5, p. 29-42, 1997/8.

⁶⁰ Relação dos africanos que foram apreendidos no palhabote de Serinhaém e depositados nos Arsenais da Marinha e da Guerra e no Colégio de Órfãos, apud FERNANDES, Cyra Luciana R. Op. Cit., p. 117-23. Para obter mais dados factuais sobre o desembarque e encontrar documentação transcrita, consultar VEIGA, Gláucio. O desembarque do Serinhaém, **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 47, p. 217-328, 1975.

rastreá-los de forma panorâmica. Em papéis produzidos em 12 de novembro de 1856, somos informados de que eles foram devidamente batizados.⁶¹ No ano seguinte, aos 19 de agosto, quando o estabelecimento militar relatou o desejo de arregimentar operários europeus, também foi informado que os africanos recentemente apreendidos supriram parte das demandas por serventes nas obras do porto do Recife e em uma estrada de ferro.⁶² Passado mais um ano, em 1º de outubro de 1858, o Arsenal de Marinha de Pernambuco ainda contava com 118 africanos em seus canteiros de obras públicas e oficinas, sendo que alguns deles aprenderam ofícios mecânicos e se tornaram artesãos.⁶³ Apesar da coincidência quantitativa, é improvável que todos tenham desembarcado em outubro de 1855. Sobre a década de 1850, há pesquisa que encontrou os chamados africanos livres, apreendidos depois de 1831, nos mais diversos serviços executados pelo estabelecimento militar.⁶⁴

Para além do que descrevi sobre os africanos apreendidos em Serinhaém, pouco tenho a dizer sobre suas lutas pela liberdade de fato ou por mais autonomia em diversos aspectos de suas vidas. Contudo, Cyra Fernandes aponta que, desde 1831, os administradores públicos pernambucanos taxavam o trabalho compulsório dos chamados africanos livres como mal feito e indisciplinado. Tendo em vista o que discutimos até aqui, podemos analisar esse julgamento como os anteriores: insatisfação dos empregadores com as noções de direitos próprios dos subalternos. Contudo, apesar das lacunas sobre aqueles malungos, posso sugerir que alguns estivessem envolvidos nos atritos entre serventes e oficiais que trabalhavam para a Diretoria das Obras Militares de Pernambuco – caso referido oportunamente. Ao mesmo tempo, segundo a documentação, também é possível imaginar que alguns dos desembarcados em 1855 estivessem entre os que tentaram melhorar sua sorte por meio da especialização profissional. Sabemos que determinados serventes atingiram o patamar de artesãos do Arsenal de Marinha de Pernambuco, algo que certamente lhes conferiu mais autonomia.

Na década de 1850, independentemente das suposições que fiz sobre os africanos traficados de forma ilegal, quase sempre lhes coube a função mais desprestigiada dos

⁶¹ Códice AM-17, fls. 246 e 261 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁶² Códice AM-19, fls. 116-8 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁶³ Códice AM-20, fl. 396 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁶⁴ FERNANDES, Cyra Luciana R. Op. Cit.

canteiros de obras públicas. Do ponto de vista econômico, a documentação evidencia que era muito difícil contratar homens reconhecidamente livres para o lugar de servente, pois os jornais eram considerados baixíssimos. Em 1º de maio de 1854, por exemplo, mesmo apelando para a imprensa, o Arsenal de Marinha de Pernambuco não conseguiu contratar ninguém por diárias de \$640rs.⁶⁵ Comparativamente, aos 18 de fevereiro de 1857, nem mesmo os fiscais da Câmara Municipal do Recife “acharam trabalhadores para a limpeza das ruas, em consequência de ser pequeno o jornal diário de \$800rs”.⁶⁶ De fato, a remuneração era ruim. No transcorrer desse artigo, observamos que a ajuda de custo dos menores aprendizes daquele estabelecimento militar era de \$300rs, mas ainda recebiam alimentação e estudos. Do ponto de vista simbólico, os mais pobres fugiam daquele emprego porque estava associado ao trabalho compulsório. Aceitá-lo significaria precarizar ainda mais suas liberdades.

Considerações finais

Na década de 1850, africanos e seus descendentes das mais variadas condições jurídicas, alemães, belgas e portugueses labutaram em canteiros de obras públicas recifenses. Esses espaços permitiram que concepções de trabalho justo fossem misturadas com areia, cimento, cal e água. O produto dessa síntese foi um dos materiais de construção que colaborou com a edificação do proletariado atlântico, empreitada que se iniciou nos séculos XVII e XVIII – como propôs *A hidra de muitas cabeças*. Por meio das fontes e das análises realizadas nesse artigo, percebemos que o proletariado atlântico residente na capital pernambucana experimentou peculiaridades constituintes, fruto da dialética entre global e local. Nesse sentido, no Recife daqueles anos, é impossível desconsiderar as lutas dos trabalhadores (dos mais variados ofícios, cores, níveis de especialização e condições jurídicas) contra a vinculação de suas vidas a escravidão e seus significados. Fizeram parte desse processo gancho, greve, exigência de pagamento em dia e por trabalho extra, mudança constante de habitação, combate à proletarização, ameaça aos feitores e afrouxamento do paternalismo.

⁶⁵ Códice AM-12, fl. 272 – Recife, APEJE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Arsenal de Marinha.

⁶⁶ Atas da Câmara Municipal do Recife, 1855-1858, fl. 89v – Recife, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife.

Concorrentemente, ressalto que, por mais que existissem lutas comuns no proletariado atlântico residente na capital pernambucana, as diferenças entre os trabalhadores também eram candentes. Essa unidade na diversidade (ou diversidade na unidade, se preferirem) me remeteu ao provérbio achanti que diz: “o clã materno é como a floresta; quando se está fora, ela é densa, quando se está dentro, vê-se que cada árvore tem sua posição própria”.⁶⁷ Como comentei em outro momento desse artigo, a mais forte coesão dos operários em canteiros de obras públicas recifenses ocorria em momentos de conflito com o Estado e seus representantes, quando direitos costumeiros eram feridos. Nessa ocasião, apoiado na metáfora achanti, esses trabalhadores se transformavam na floresta que fazia das elites letradas e proprietárias o *outro*. Em outras circunstâncias, quando os atritos entre as classes sociais não eram assim tão iminentes, cada operário contratado pelo governo procurou reforçar hierarquias e distinções no mundo do trabalho. Aqui, a floresta dava lugar às árvores, cada uma por si mesma na luta por um lugar ao sol.

Os acontecimentos que foram narrados e analisados nesse artigo, para além de sua importância intrínseca, são muito relevantes para o desenvolvimento de minha nova pesquisa, que investiga o projeto de lei que propunha a jornada de 8 horas para o operariado pernambucano. Elaborado em 1891, foi amplamente defendido por entidades como a Liga Operária Pernambucana e pelo Conselho Artístico-Operário Pernambucano. Tenho me esforçado para identificar que grupos seriam beneficiados pelo projeto de lei, conhecer as demandas que o viabilizaram e esmiuçar seus significados para patrões, empregados, associações e políticos. Para alcançar esses objetivos, entendo que seja preciso mergulhar nos problemas sociais advindos com a abolição da escravatura, tendo em vista que a maior parte dos trabalhadores pernambucanos era descendente de africanos. Junto disso, esmiuçarei a relação do projeto de lei com o gradualismo da social-democracia alemã, que também defendia a mesma jornada de 8 horas para o proletariado. Sem dúvida, entendo que os fatos ocorridos em 1891 são tributários das lutas aqui esmiuçadas. Afinal, como afirmou E. P. Thompson, a classe operária não surgiu da noite para o dia.⁶⁸

⁶⁷ APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 268.

⁶⁸ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Op. Cit.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AULER, Guilherme. **A companhia de operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1959.

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 84, p. 735-62, 2003.

CÂMARA, Bruno A. D. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco, 1830-1870**. Tese apresentada ao Departamento de História da UFPE, 2012.

_____. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. Dissertação apresentada ao Departamento de História da UFPE, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____; SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980, **Cadernos AEL**, v. 14, p. 11-50, 2009.

COMMONS, John R. et al. **History of labour in the United States**. Nova Iorque: Augustus M. Kelley Publishers, 1966. V.1.

CUNHA, Luiz A. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. 2ed. São Paulo: Editora Unesp, Brasília: FLACSO, 2005.

DANTAS, Mônica D. (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

DESROCHE, Henri. **Solidarités ouvrières: sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900)**. Paris: Les Editions Ouvrières, 1981. t. 1.

FERNANDES, Cyra Luciana R. **Os africanos livres em Pernambuco, 1831-1864**. Dissertação apresentada ao Departamento de História da UFPE, 2010.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1995.

FREYRE, Gilberto Freyre. **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GALLO, Ivone C. D. **A aurora do socialismo: fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)**. Tese apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 2002.

GOMES, Flávio dos S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULDNER, Alvin W. Artisans and intellectuals in the German Revolution of 1848, **Theory and Society**, v. 12, n. 4, p. 521-32, 1983.

GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). **Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1.

GUESLIN, André. **L'invention de l'économie sociale: idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la France du XIXe siècle**, 2^{éd.} rév. et aug. Paris: Economica, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOPKINS, Eric. **Working-class self-help in Nineteenth-Century England**. Londres: UCL Press, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Iglésias, Vida política, 1848-1866. In: HOLANDA, Sérgio B. (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico**. 8 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. t. 2, v. 5.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAMOUNIER, Maria L. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil, **Projeto História**, n. 16, p. 25-38, 1998.

_____. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LINEBAUGHT, Peter; MARCUS, REDIKER. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, 2012.

_____. **Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices do Recife, 1836-1880.** Tese apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulista, 1830-1888.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo G. (org.). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 389-417.

MARSON, Izabel A. O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do progresso. In: BRESCIANI, Stella. **Imagens da cidade: séculos XIX e XX.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994.

_____. **O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855).** São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MINTZ, Sidney W. Was the plantation slave a proletarian?, **Review**, v. 2, n. 1, p. 81-98, 1978.

MOREIRA, Alinnie S. **Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora Estrela. Serra da Estrela – RJ (c. 1831-c.1870).** Dissertação apresentada ao Departamento de História da Unicamp, 2005.

MURASSE, Celina M. **A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888).** Tese apresentada à Faculdade de Educação da Unicamp, 2001.

NEGRO, Antonio L.; GOMES, Flávio dos S. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho, **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 217-40, 2006.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Vocabulário pernambucano.** 2ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** 6ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PIROLA, Ricardo F. **Senzalas insurgentes: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

PONCIONI, Claudia; PONTUAL, Virgínia. **Un ingénieur du progrès: Louis-Léger Vauthier entre la France et le Brésil.** Paris: Michel Houdiard éditeur, 2010.

REIS, João J. A greve negra da Bahia em 1857, **Revista da USP**, n. 18, p. 8-29, 1993.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica Ipanema. **História Social**, n. 4-5, p. 29-42, 1997/8.

SCOTT, Rebecca J. Fronteiras móveis, “linhas de cor” e divisões partidárias: raça, trabalho e ação coletiva em Louisiana e Cuba, 1862-1912. In: COOPER, Frederick Cooper; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. (orgs.). **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Adriana M. P. **Processos de construção da escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SOUZA, Francisco Belisário S. **O sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979.

SOUZA, Jorge L. P. **Africano livre ficando livre: trabalho, cotidiano e luta**. Tese apresentada ao Departamento de História da USP, 1999.

SQUEFF, Letícia C. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista, **Cadernos CEDES**, ano XX, n. 51, p. 103-18, 2000.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. V. 1.

VAUTHIER, Louis L. Vauthier. **Diário íntimo do engenheiro Vauthier, 1840-1846**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.

VEIGA, Gláucio. O desembarque do Serinhaém, **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 47, p. 217-328, 1975.

VITORINO, Artur J. R. **Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

WRIGLEY, Julia. The division between mental and manual labor: artisan education in science in nineteenth-century Britain, **The American Journal of Sociology**, v. 88, p. S31-S51, 1982.